



Câmara Municipal de Ipiranga

Estado do Paraná

**SUMÁRIO DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS PARA 08ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA - ESTADO DO
PARANÁ REALIZADA EM 17/12/2025.**

ORDEM DO DIA



MEIRIANE MENDES LEPKA CORREIA

- Presidente

DIEGO GONÇALVES DA SILVA

- Vice-Presidente

SILVANA CORREIA FAGUNDES

- 1º Secretário

EDENILSON DENCK

- 2º Secretário

AIRTON JOSÉ DOS SANTOS

LAERTES PRESTES

LUIZ FERNANDO BETINARDI

PAULO SÉRGIO DE CAMARGO

VALDEMAR JORGE DUARTE



Câmara Municipal de Ipiranga

Estado do Paraná

MATÉRIA DO LEGISLATIVO

PARECERES

Da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

-Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2025:

Altera a Lei nº. 2496 de 28 de setembro de 2017 e dá outras providências.

Da COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO:

-Favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 60/2025:

Autoriza crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 483.400,00 (Quatrocentos e Oitenta e Três Mil e Quatrocentos Reais).

-Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 8/2025:

Regulamenta e organiza a atuação da Procuradoria-Geral do Município de Ipiranga na atividade de cobrança de créditos municipais e Dívida Ativa. e dá outras providências.

-Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2025:

Altera a Lei nº. 2496 de 28 de setembro de 2017 e dá outras providências.



Câmara Municipal de Ipiranga

Estado do Paraná

MATÉRIA DA ORDEM DO DIA

Em 2ª discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 60/2025 de autoria do Executivo:

Autoriza crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 483.400,00 (Quatrocentos e Oitenta e Três Mil e Quatrocentos Reais).

Em 2ª discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 8/2025 de autoria do Executivo:

Regulamenta e organiza a atuação da Procuradoria-Geral do Município de Ipiranga na atividade de cobrança de créditos municipais e Dívida Ativa. e dá outras providências.

Em 2ª discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 61/2025 de autoria do Executivo:

Altera a Lei nº. 2496 de 28 de setembro de 2017 e dá outras providências.



MUNICÍPIO DE IPIRANGA

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 60/2025

Sumula: Autoriza crédito adicional suplementar na importância de até 483.400,00 (quatrocentos e oitenta e três mil quatrocentos reais)

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e orçamento municipal um crédito adicional suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R\$ 483.400,00 (quatrocentos e oitenta e três mil quatrocentos reais)

Suplementação

14.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	
14.001.00.000.0000.0.000.	Departamento Municipal de Industria, Comércio e Turismo	
14.001.22.661.0024.2.071.	Gestão da Indústria, Comércio e Turismo	
747 - 3.3.90.39.00.00	854 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	187.000,00
748 - 3.3.90.39.00.00	855 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	296.400,00

Total Suplementação: 483.400,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita:1.7.2.4.99.01.04.00000000	Fonte: 854	187.000,00
Receita:1.7.2.4.99.01.05.00000000	Fonte: 855	296.400,00
Total da Receita:		483.400,00

Art. 3º - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ipiranga-Paraná, 10 de dezembro de 2025



DOUGLAS DAVI CRUZ
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/2025

SÚMULA: Regulamenta e organiza a atuação da Procuradoria-Geral do Município de Ipiranga na atividade de cobrança de créditos municipais e Dívida Ativa, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. A Dívida Ativa do Município, considerada como o crédito tributário decorrente da exigência de tributos da competência constitucional do ente municipal e os demais créditos do Município lançados e não adimplidos, será cobrada e executada, judicial e extrajudicialmente, nos termos desta lei e das respectivas normas regulamentares.

Art. 2º. Compete privativamente à Procuradoria Geral do Município (PGM) o controle e a cobrança amigável, judicial e extrajudicial da Dívida Ativa do Município ou de quaisquer créditos municipais que não forem adimplidos no prazo legal ou contratual, nos termos da Lei Complementar nº 58/2025.

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E DO CONTROLE DE LEGALIDADE DOS CRÉDITOS DO MUNICÍPIO

Art. 3º. Nos órgãos de origem competentes para o reconhecimento ou fiscalização das obrigações inadimplidas, os créditos serão formalizados prioritariamente em processo eletrônico pelas autoridades competentes, que verificarão a procedência do crédito fiscal do Município, identificarão o devedor e mensurarão o seu valor na forma da lei, do contrato ou outra norma jurídica que rege a obrigação que foi descumprida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 061/20257

Altera a Lei nº 2.496, de 28 de setembro de 2017 e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a Estrutura Organizacional Básica Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipiranga, prevista na Lei nº 2.496, de 28 de setembro de 2017, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 2º Ficam unificadas a Secretaria Municipal de Agropecuária e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, passando a denominar-se Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, mantidas as competências materiais já previstas na legislação vigente.

§ 1º A Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente passa a possuir, em sua estrutura hierárquica, os seguintes Departamentos:

- I – Departamento Municipal de Desenvolvimento Agropecuário;
- II – Departamento Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º As atribuições dos Departamentos referidos no § 1º permanecem aquelas já definidas na Lei nº 2.496/2017, no que não conflitem com esta Lei Complementar.

Art. 3º Fica criada a Secretaria Municipal de Transporte e Frotas, como órgão da Administração Direta, responsável pelo planejamento, coordenação, gestão, controle, manutenção e operacionalização da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município, bem como pela logística de transporte da Administração Pública Municipal.

Art. 4º O Departamento Municipal de Habitação, atualmente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, passa a integrar a estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, mantidas suas atribuições legais.

Art. 5º Ficam alteradas as nomenclaturas das seguintes Secretarias Municipais, sem prejuízo da continuidade administrativa, orçamentária e funcional:

- I – A Secretaria Municipal de Obras e Transportes passa a denominar-se Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;
- II – A Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos passa a denominar-se Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.